

# SOCIOLOGIA:

## Das Ausências às Emergências

**Maria Izabel Machado**  
(Organizadora)



# SOCIOLOGIA:

## Das Ausências às Emergências

**Maria Izabel Machado**  
(Organizadora)



**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

## Sociologia: das ausências às emergências 2

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Mariane Aparecida Freitas  
**Indexação:** Gabriel Motomu Teshima  
**Revisão:** Os autores  
**Organizadora:** Maria Izabel Machado

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S678 Sociologia: das ausências às emergências 2 / Organizadora Maria Izabel Machado. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-471-6

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.716212009>

1. Sociologia. I. Machado, Maria Izabel (Organizadora).  
II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

## APRESENTAÇÃO

A obra *Sociologia: das ausências às emergências 2* nos convida a refletir sobre um conjunto de fenômenos contemporâneos em diálogo com múltiplos saberes e perspectivas, desde o olhar sociológico. Figurando como jovem ciência em comparação com outros campos do saber, a sociologia nos permite lançar o olhar sobre temas ausentes e emergentes em diversos contextos.

Os capítulos que seguem estão organizados por proximidade temática respeitando as especificidades próprias desse campo do saber: o olhar empírico, a busca de explicações e, por que não, a busca de alternativas.

Tensões sociais em torno da demanda por transformações, bem como as forças conservadoras são trazidas no conjunto inicial de trabalhos que abrem a obra: movimentos sociais, novos atores e agentes e as disputas acerca do território, das fronteiras e das possibilidades de existências outras.

Na segunda parte chamam a atenção capítulos sobre o ameaçado direito ao trabalho e de livre circulação. Frente a isso se coloca a questão: como oferecer uma educação integradora, capaz de superar dualismos?

O terceiro e último bloco traz contribuições significativas acerca do campo educacional em interface com outras áreas como a saúde e a religião. AS questões sobre território, diferenças étnicas e sistema escolar nos convidam a pensar formas outras de produção e validação de saberes.

Boa leitura.

Maria Izabel Machado

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

COMUNICACIÓN, ORGANIZACIÓN, IDENTIDAD E IDEOLOGÍA: CATEGORÍAS DE ANÁLISIS DE UN MOVIMIENTO URBANO POPULAR

Félix Leonardo Pérez Verdugo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7162120091>

### **CAPÍTULO 2..... 21**

INTERAÇÕES ENTRE PRÁTICAS POLÍTICAS E ORDENS ESTATAIS: A EXPERIÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES DE CANNABIS NO EQUADOR

Andrés Fernando Rodríguez Mera

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7162120092>

### **CAPÍTULO 3..... 33**

MOVIMIENTOS SOCIALES EN EL CAMPO MEXICANO 1940 A LA FECHA. DE LA LUCHA CONTRA LA HACIENDAS A LA LUCHA CONTRA EL EXTRACTIVISMO

Armando Sánchez Albarrán

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7162120093>

### **CAPÍTULO 4..... 58**

O TRABALHADOR E OS ILEGALISMOS NA FRONTEIRA ENTRE PEDRO JUAN CABALLERO E PONTA PORÃ

Maurílio de Sousa Júnior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7162120094>

### **CAPÍTULO 5..... 70**

O CARÁTER INTEGRAL NO CURSO INTEGRADO DO IFSP - SÃO CARLOS

Karoline Emanuelle Galli Fonseca

Carlos Eduardo Guimarães

Marcelo de Godoy Domingues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7162120095>

### **CAPÍTULO 6..... 78**

PROJETO SOLIDARIEDADE: CENTRO OPERACIONAL DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS – COMSE

Victoria Isabella Nakaba Soster

Nicole Hortmann Bet

Juliana Grebos

Andressa Francine Paes Ribeiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7162120096>

### **CAPÍTULO 7..... 90**

SEM TERRITÓRIO, SEM EDUCAÇÃO: A POLÍTICA DE DEMARCAÇÃO DE TERRAS E OS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Evelyn de Souza Santiago Candido da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7162120097>

**CAPÍTULO 8..... 99**

O ROCK ENQUANTO PROPOSTA PEDAGÓGICA INOVADORA

Marcos Roberto Mesquita

Gabriel Schmitt

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7162120098>

**CAPÍTULO 9..... 113**

SOCIOLOGIA DA RELIGIÃO – ANÁLISE DO IMPACTO SOCIAL DA CONFSSIONALIDADE

Adelcio Machado dos Santos

Rubens Luís Freiberger

Dreone Mendes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7162120099>

**SOBRE A ORGANIZADORA..... 121**

**ÍNDICE REMISSIVO..... 122**

# CAPÍTULO 4

## O TRABALHADOR E OS ILEGALISMOS NA FRONTEIRA ENTRE PEDRO JUAN CABALLERO E PONTA PORÃ

*Data de aceite: 01/09/2021*

**Maurílio de Sousa Júnior**

É mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

**RESUMO:** Os habitantes na fronteira entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero utilizam os ilegalismos tanto como um meio, como um fim. Na falta de um transporte público de qualidade, uma parcela dos trabalhadores utiliza motos paraguaias para seu deslocamento. O ilegal se insere na vida dos fronteiriços como possibilidade, modificando o trabalho. Os mercados ilegais representam uma oportunidade de ganhos financeiros, mobilidade social e sobrevivência material para alguns. Os trabalhadores que atuam nesses mercados não integram necessariamente as redes de crimes. Os mercados ilegais criam novas categorias de trabalhadores em um esquema empresarial. A mula representa uma categoria mais sujeita à prisão. Os controles punitivos e o encarceramento resultam na precarização do trabalho na medida em que produz um contingente de pessoas que vão servir de mão obra para esses mercados ilegais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalhador, ilegalismos, informalidade.

**ABSTRACT:** The inhabitants on the border between Ponta Porã and Pedro Juan Caballero use illegalism both as a means and as an end. In the absence of quality public transport, a

portion of workers use Paraguayan motorcycles to travel. The illegal is inserted in the life of the frontiersmen as a possibility, modifying the work. Illegal markets represent an opportunity for financial gain, social mobility and material survival for some. The workers who operate in these markets do not necessarily belong to the crime networks. Illegal markets create new categories of workers in a business scheme. The mule represents a category more prone to imprisonment. Punitive controls and incarceration result in the precariousness of work as it produces a contingent of people who will serve as labor for these illegal markets.

**KEYWORDS:** Worker, illegalities, informality.

### INTRODUÇÃO

A falta de um transporte público de qualidade faz da moto comercializada no país vizinho, de origem estrangeira, um atrativo para uma parcela considerável dos brasileiros que moram na fronteira entre Ponta Porã, no Brasil, e Pedro Juan Caballero, no Paraguai. Os ônibus que circulam em território brasileiro têm horários irregulares e se concentram no início da manhã e final da tarde, coincidindo com a entrada e saída dos trabalhadores nos comércios. Quem necessita de ônibus fora desses períodos, a espera por um pode ultrapassar duas horas. Além de demorados, ruins e desconfortáveis, não circulam nos domingos e feriados<sup>1</sup>,

<sup>1</sup> A planilha da empresa de ônibus responsável pelo transporte público em Ponta Porã indica que algumas linhas não circulam

dificultando a vida de quem trabalha nesses dias. Não é à toa, portanto, que existam tantas motos paraguaias circulando pela fronteira.

Custam bem menos que o similar nacional, mas são proibidas aos brasileiros: seu uso regular configura o crime de descaminho.<sup>2</sup> Apesar da proibição, muitos se arriscam a dirigi-las pela fronteira, conscientes de que pode haver uma barreira policial pelo caminho, que fazem apreensão desses veículos. Centenas deles se acumulam no pátio do Detran no Brasil. As motos paraguaias nos dizem um pouco da maneira dos fronteirões lidarem com o ilegal. São usadas por trabalhadores em seu deslocamento. Para muitos, tais ilegalidades podem ser vistas como algo legítimo, como um meio de sobrevivência.

Pedro Juan Caballero e Ponta Porã são consideradas cidades-gêmeas. Estima-se que juntas tenham cerca de 210 mil habitantes<sup>3</sup>. No trecho urbano, uma praça estreita delimita as fronteiras entre as duas cidades. Antes da pandemia do Covid-19, não havia nenhum controle fiscalizatório sobre a circulação de pessoas<sup>4</sup>. Apesar disso, outros controles são exercidos pelo Estado para regular o fluxo de mercadorias e pessoas na fronteira, uma vez que além do comércio de produtos importados, muito característico na região, desenvolve-se práticas ilícitas como o contrabando e o tráfico de drogas (SILVA, 2014; RODER, 2005).

Essas ilegalidades produzem desdobramentos no trabalho. O propósito deste artigo é discutir como o ilegal se insere no cotidiano da fronteira e modifica a vida dos trabalhadores e do próprio trabalho. Usaremos a descrição, a comparação e análise como método na formulação do nosso objeto de pesquisa. No aspecto teórico, utilizaremos o referencial de autores como Foucault (2006; 2014; 2015), entre outros, além de fontes abertas, como publicações em periódicos.

---

depois das 20h, além dos domingos e feriados. Disponível em: <[http://www.medianeirapontapora.com.br/base/www/medianeirapontapora.com.br/media/attachments/453/453/5f749843609dd30dad43322b2107c257e7edb2f4bcbb\\_horarios-segunda-a-sexta.pdf](http://www.medianeirapontapora.com.br/base/www/medianeirapontapora.com.br/media/attachments/453/453/5f749843609dd30dad43322b2107c257e7edb2f4bcbb_horarios-segunda-a-sexta.pdf)>. Acesso em: 8 out. 2020.

2 Nascimento (2019, p. 67-68) observa que “os infratores e seus veículos indocumentados, além das multas e da apreensão da motocicleta, podem responder pelo crime de Descaminho, tipificado pelo Código Penal Brasileiro (2017, p. 125) no seu Art. 334. como o ato de “Iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.” Conforme o Decreto supracitado, as motocicletas teriam de passar pela aduana brasileira, visto se tratar de produtos oriundos de outro país e, portanto, as motos teriam de ser obrigatoriamente declaradas à Receita Federal, o que raramente se verifica, devido aos custos do processo. Alguns agentes de trânsito, reproduzindo o costumeiro preconceito em relação aos produtos de origem paraguaia, acreditam que muitos dos modelos à venda em Pedro Juan Caballero seriam reprovados pelo controle de qualidade realizado pelo Brasil relativo ao processo de importação. Aqueles que insistem em trafegar sem a documentação, tanto brasileiros quanto paraguaios, quando entram em Ponta Porã são multados e têm suas motocicletas apreendidas, o que causa grande revolta aos motociclistas, porque a multa equivale a R\$ 293,47 – porque a condução de veículo sem o devido registro legal no órgão de trânsito é considerada infração gravíssima pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB Art. 258). Se o infrator for brasileiro e possuir habilitação, mas não portar o documento, somam-se aos 293,47 mais R\$ 88,38; mas se o condutor não for habilitado a multa é muito mais alta, R\$ 880,41, já que consiste em infração gravíssima. Isso ocorre porque a multa por circular sem habilitação, por não a possuir de fato e não por esquecimento, eleva em três vezes o valor da multa de trafegar sem o documento, conforme o artigo Art. 162 do CTB”.

3 Segundo levantamento da Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos (DGEEC, 2019) del Paraguay, a população de Pedro Juan Caballero é de cerca de 120 mil pessoas. A população de Ponta Porã foi estimada pelo IBGE, no mesmo ano, em cerca de 92 mil.

4 A fronteira seca e a grande extensão da divisa entre Brasil e Paraguai são condições que praticamente inviabilizam um controle fiscalizatório do fluxo de pessoas que atravessam ambos países.

## ILEGALISMOS INCORPORADOS

As motocicletas paraguaias são o indicativo de como o legal e o ilegal fazem parte do cotidiano da fronteira. Elas disputam o trânsito em meio a carros e outros veículos. Não só brasileiros como paraguaios andam nessas motocicletas de baixa cilindrada. Tazza (2019) observa que há mais de 80 mil motocicletas circulando diariamente pela fronteira, muitas vezes transitam sem placa e documentação, com motoristas sem licença para guiar. De acordo com Nascimento (2019), o preço e as facilidades constituem seu atrativo. Para comprá-las, basta apenas ter dinheiro, pois não se exige documentação do comprador. Ainda segundo o autor, as lojas se concentram em Pedro Juan Caballero e podem custar 50% menos que as brasileiras.

Presente na realidade da fronteira como um ilegalismo incorporado, as motos paraguaias promovem um dilema em torno das condições do transporte na fronteira: em face da precariedade do transporte público, haveria para a fração da população com menos recursos uma outra maneira de se deslocar pela fronteira dignamente? Tal dilema se assemelha às condições que enfrentam as populações na tríplice fronteira entre Tabatinga, Letícia e Santa Rosa, cidades localizadas, respectivamente, no Brasil, na Colômbia e no Peru, em que uma ilegalidade, representada pelo contrabando de alimentos, naturalizou-se para os moradores dessas três cidades.

De acordo com Albuquerque e Paiva (2015), para a população mais pobre o contrabando nessas cidades se tornou uma questão de sobrevivência e negá-lo implicaria em um desalento para aqueles que necessitam manter um padrão mínimo alimentar “não dependente de saídas legais, supostamente, conforme nos informaram os moradores de Tabatinga, extremamente caras e inviáveis” (ALBUQUERQUE; PAIVA, 2015, p. 125).

Do lado paraguaio, a fiscalização dessas motos é ainda mais irregular e é feita pela polícia municipal. Em ambas cidades, há motociclistas transitando pelas ruas de forma ilegal. As motos paraguaias são exemplos daquilo que permeia o contexto fronteiriço e representam um modo no qual a fronteira é reformulada entre os dois países a partir do legal e o ilegal.

Além das motocicletas paraguaias, o conceito entre legal e o ilegal pode transitar pelas oportunidades de trabalho. Para Telles e Hirata (2007), existe um embaralhamento entre as fronteiras entre o formal e o informal no mundo do trabalho nos espaços urbanos, em que um trabalhador pode recorrer às oportunidades que emergem dessas situações. Oscilam entre empregos informais e oportunidades que surgem representadas pelos mercados ilícitos, em que os critérios de moralidade são negociados em cada escolha, sem que necessariamente ele tenha que associar a uma “carreira” criminoso.

Para Foucault (2006), o ilegalismo é algo fundamental para a existência social, “um elemento absolutamente positivo do funcionamento social, cujo papel está previsto na estratégia geral da sociedade” (FOUCAULT, 2006, p. 50). Para o autor, as leis não

foram feitas para serem respeitadas, mas para serem ignoradas em determinados casos, e burladas em outros. Para determinadas pessoas, são feitas para serem sancionadas.

Foucault (2015) alude aos ilegalismos que antecederam à Revolução Francesa como funcionais, como uma compensação para a rigidez da lei, que permitia a fluência de outros ilegalismos, em especial os populares. Esses ilegalismos progrediram para uma seara política, o que minou os alicerces do poder régio e permitiu à burguesia a tomada do poder.

Quando a lei e a fiscalização são aplicadas de forma diversa em diferentes territórios, Albuquerque e Cardin (2018) constatam a existência de arranjos em torno do legal e o ilegal nas fronteiras. Correspondem às maneiras de contornar os controles, criando escapes às fiscalizações. Para os autores, o contrabando e o tráfico fronteiriços seriam o outro lado reverso da fronteira estatal.

Para Renoldi (2015), a norma é quem vai delimitar os limites do legal. A lei se liga também a uma visão de teórica de Estado e por meio dos ilegalismos que as pessoas tornam viáveis suas vidas. Assim, a distância entre as formas reais de sobrevivência e as idealizadas pelo Estado pode criar possibilidades em que podem se desenvolver ações que contrariam os modelos legais. Para a autora, nem todos atos ilegais são pensados apenas do ponto de vista moral. Ela considera que a população fronteiriça pode ter uma visão diferente sobre o que é ilegal e que nem sempre as práticas ilegais trazem grandes lucros e poder aos seus operadores.

Em seu estudo sobre a tríplice fronteira entre Tabatinga, Leticia e Santa Rosa, Albuquerque e Paiva (2015) observaram a existência de modos peculiares de ilegalidades que se inserem na vida da população. O esquema dos autores pode ser utilizado para pensar de forma diferenciada alguns ilegalismos que permeiam a vida dos habitantes da fronteira sul-mato-grossense: no caso da travessia das fronteiras, o ilegal pode ser manifestado pelo uso de bebidas estrangeiras que abastecem com muita frequência bares, restaurantes e casas noturnas.

Mais baratos do que os produtos brasileiros, eles chegam à mesa e às prateleiras desses comércios sem os impostos devidos, como certos vinhos e cachaças brasileiros que em tese não poderiam ser vendidos no mercado brasileiro, por se tratar de uma mercadoria de exportação, mas que reingressam em território nacional para serem comercializados.

O segundo exemplo do esquema elaborado pelos autores apresenta uma situação em que algo pode ser legal em um país e ilegal em outro. Pode ser representado pelos jogos de azar<sup>5</sup>, como caça-níqueis, criminalizados no Brasil, mas permitido no país vizinho<sup>6</sup>. Em Pedro Juan Caballero, há muitos salões de jogos que, além de caça níqueis, oferecem

---

5 Jogos de azar são aqueles que não dependem da habilidade do jogador, mas de sorte. Para saber mais, ver Massi (2017).

6 O decreto-lei 3.688 é antigo, de 3 de outubro de 1941, mas ainda vigente. O artigo 50 desse decreto pune com prisão simples de três a um ano quem “Estabelecer ou explorar jogo de azar em lugar público ou acessível ao público, mediante o pagamento de entrada ou sem ele” (BRASIL, 1941).

outros tipos de jogos de aposta, como a roleta, também proibida em território nacional. O mais notável deles é o Cassino Amambay, que firma sua presença na fronteira como paisagem objetivada, ou seja, os limites da fronteira são prontamente identificados. Uma rua separa entre o que a lei proíbe por aqui e o que vai ser permitido no Paraguai.

Ainda neste esquema, o ilegal pode se manifestar associado a ideia de ilícito em ambos territórios nacionais. Como uma prática proibida e controlada em ambos os países, podemos pensar a questão dos mercados ilegais de drogas a partir desse entendimento, que apresenta uma forma de reprovação moral bastante acentuada que difere de outras práticas consideradas ilegais pelo Estado, mas tidas como legítimas para uma parcela parte da população.

## O TRABALHO NOS MERCADOS ILÍCITOS

Os mercados ilícitos têm um peso considerável na região de fronteira e podem despontar como uma oportunidade de trabalho para uma parcela dos habitantes que não encontra espaço no mercado formal. Segundo dados de pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), o salário médio dos trabalhadores formais fronteiriços daquela região foi de 2,2 salários mínimos, com 15,8% da população no mercado formal de trabalho.

Nem todos que trabalham nesse nicho seguem uma “carreira” criminosa. Trabalham à margem dele e o enxergam como uma oportunidade de dinheiro ou ainda como um meio de sobrevivência. Não há dados quantitativos sobre os trabalhadores que estão no mercado informal, mas a fundação apurou que aproximadamente 40% da população sobreviveu com até meio salário mínimo. O Produto Interno Bruto (PIB) per capita do município indica que um cidadão ganhou em média com R\$ 29,5 mil por ano. A cifra coloca Ponta Porã na 79ª posição das economias no Estado. Nessas estatísticas oficiais, porém, não entram os rendimentos das atividades ilícitas, bastante expressivas e que também movimentam a economia da fronteira.

Maes (2019) calcula que o contrabando de cigarro movimenta 14,3 bilhões ao ano. Ponta Porã aparece como uma cidade importante no circuito das drogas, um corredor de entrada, ao lado de Corumbá, de 80% da cocaína que entra no país (SILVA, 2014). Conforme dados do Brasil (2005), o Departamento de Amambay, cuja capital é Pedro Juan Caballero<sup>7</sup>, é o maior produtor de maconha do Paraguai.

Relatório da ONU sobre as drogas de 2016 apontou o Paraguai como um dos cinco mais importantes fornecedores de maconha do mundo (UNODC, 2016). Alguns autores como Mendoza (2013) estima o mercado da maconha movimentada cerca de 150 milhões de dólares por mês no Departamento de Amambay, enquanto a cocaína movimentaria cerca

<sup>7</sup> O Departamento de Amambay é uma subdivisão administrativa do Paraguai, do qual fazem partes as cidades de Bella Vista, Capitán Bado, Karapaí, Pedro Juan Caballero e ZanjaPyta.

de 80 milhões de dólares.

Do ponto de vista dos prejuízos financeiros, o cigarro causa um impacto à economia de R\$ 12,3 bilhões no país (63% do mercado legal), segundo estimativas de Rolli (2018). Os valores associados ao comércio ilegal de drogas são ainda mais consideráveis. De acordo com o estudo *Impacto econômico da legalização de drogas no Brasil*, o gasto no país só com o consumo em *cannabis*<sup>8</sup> foi de R\$ 5,69 bilhões (TEIXEIRA, 2016).

Os valores que circulam pelo circuito de ilegalismos passam por várias mãos em um esquema empresarial que se divide em etapas e especializações. No caso da maconha, os produtores, chamados também de “patrões”, fazem parte de uma cadeia produtiva em que participam outras categorias, como os atravessadores<sup>9</sup>, que compram e revendem a produção, e também os cuidadores de roça, que menos ganham nesse circuito e que desempenham um trabalho mal remunerado, muitas vezes subumano (MAXX, 2017), embora menos arriscado que o trabalho das “mulas”, pessoas recrutadas para levar a droga, que correspondem a uma parcela majoritária da população carcerária na fronteira e também as mais vulneráveis à prisão<sup>10</sup> (MELO, 2019).

A superlotação das cadeias na fronteira está ligada a uma estratégia para se lidar com a questão das drogas no país. Centrada em políticas de encarceramento, a região concentra uma das maiores populações carcerárias presas por tráfico no Estado. Mato Grosso do Sul tornou-se a unidade federativa que apresenta a maior taxa de custodiados por 100 mil habitantes, segundo o relatório de 2018 do Cadastro Nacional de Presos do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) (BRASIL, 2018).

Por outro lado, as políticas proibicionistas, os controles punitivos, e o consequente encarceramento em massa fazem parte uma estratégia para a precarização do trabalho. Para Wacquant (2008), o encarceramento em massa corresponde a uma estratégia do capitalismo para a reformulação do Estado. O crescimento da população carcerária resultantes de políticas proibicionistas foi a precarização do trabalho, atingindo a população mais pobre. Como consequência, produziu uma expressiva quantidade de pessoas dispostas a se submeter a qualquer tipo de trabalho, após serem submetidas ao dispositivo da prisão, ou seja, ampliou as possibilidades da informalidade no trabalho.

No caso da fronteira, aumentou a perspectiva do mercados ilegais no que diz respeito à mão de obra, cada vez mais numerosa, uma vez que o mercado formal nem sempre absorve as pessoas egressas da prisão. O resultado disso é a diminuição das

8 O estudo estima um consumo per capita: “Supondo ainda um consumo per capita de maconha no Brasil igual ao que foi regulamentado no Uruguai (40 gramas de maconha por mês), e tomando a expectativa de US\$ 1,20 para a venda de um grama da substância em farmácias credenciadas naquele país, cada usuário no Brasil poderia adquirir cerca de US\$48,00 de maconha por mês ou US\$576,00 da erva por ano. Com uma taxa de câmbio de cerca de R\$3,60 por dólar (abril de 2016), o gasto anual com maconha no país seria de R\$ 2.073,60 por usuário” (TEIXEIRA, 2016, p.15). Em maio de 2021, o gasto atualizado por usuário seria de R\$ 3196,00 (R\$ 5,55 por dólar).

9 A categoria “patrão” está ligada ao circuito de ilegalidades, e não somente ao mercado de drogas. No caso da maconha, “patrão” pode ser tanto aquele que negocia como também o dono da roça (Melo, 2019a, 106).

10 Dados da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Mato Grosso do Sul (SEJUSP), em 2015, assinalam que a porcentagem de pessoas presas, entre homens e mulheres, aproximou-se de 80% sobre o total de presos. Ainda no mesmo ano, o encarceramento feminino relacionado ao tráfico correspondeu a 86%.

oportunidades de trabalho e o aumento da informalidade.

Foucault (2014) assinala a existência de uma gestão de ilegalismos que, por meio dos dispositivos polícia/justiça/prisão produz a figura da delinquente, que irá justificar todo um sistema de ilegalidades em que eles são preferencialmente punidos pela lei, enquanto a outra ponta permitirá a fluência de determinados ilegalismos ditos privilegiados, relacionados a direitos. Dito de outra forma, pune-se com rigor alguns tipos de crimes, como os do patrimônio, a fim de se justificar todo um sistema que permite livremente a prática de outras ilegalidades, concentrados nas mãos de uma elite.

Para Foucault (2014), existe um interesse político e econômico em torno dessas práticas que, para alguns, resulta numa situação de prisão, enquanto para outros proporciona o ganho de quantidade fabulosas de dinheiro e também poder. “(...)Uma proibição cria em torno dela um campo de práticas ilegais, sobre o qual se chega a exercer controle e a tirar um lucro ilícito por meio de elementos ilegais, mas tornado manejável por sua organização em delinquência” (FOUCAULT, 2014, p. 274).

Essas práticas ilegais geram lucros aos comerciantes varejistas, a maior parte dele. De acordo com Araújo (2014), 70% do negócio ficam com eles, enquanto os produtores ficam com a menor parte do lucro, embora os primeiros sejam muito mais suscetíveis à prisão em razão do grande número de transações comerciais.

Do ponto de vista econômico, o circuito dos ilegalismos pode resultar em grandes lucros para seus operadores, como também em prisão ou morte, quando os acordos não são cumpridos e as dívidas não são pagas. Pode, ainda, significar apenas um modo de sobrevivência. A economia dos produtos proibidos levanta possibilidades de ganhos financeiros tanto para os envolvidos nas estruturas dos mercados ilegais, como para os não participantes.

Para os trabalhadores que estão ligados aos circuitos ilegais como forma de sobrevivência, a realidade pode não ser não muito diferente das atividades legais. Alguns deles, como roceiros do cultivo de maconha, estão mais próximos de um trabalhador rural (MAXX, 2017) do que propriamente um traficante, inserido em uma estrutura de ilegalidade e poder.

Esses trabalhadores encaram o trabalho na roça de maconha como outra atividade qualquer de agricultura. Assim, o mercado de drogas agrega toda uma cadeia de trabalhadores informais. Um contingente formado pelas mais variadas especialidades, que incluem mulas, freiteiros, atravessadores, batedores, olheiros, entre outros, que não necessariamente auferem ganhos extraordinários e que podem ser encaradas como alternativas de subsistência na falta de oportunidades de trabalho. Como afirma Caroline Melo (2019), pode gerar renda e emprego para a população da fronteira.

Os grandes lucros ficam nas mãos das redes de crime, mas também fora delas, com trabalhadores sem relação com os grupos organizados, como o atravessador<sup>11</sup> e pequenos

11 O atravessador compra, por exemplo, toda a produção de maconha para negociá-la com um terceiro.

empreendedores. Tais lucros podem se transformarem imóveis, carros, fazendas, viagens, aberturas de empresas, bem como em gastos em extravagâncias.

Misse (1997) observa que o ganho com o tráfico de drogas no Rio de Janeiro corresponde a uma forma de acumulação primitiva. Os traficantes correm o risco de serem presos ou perderem o controle do território. Diante disso, eles procuram acumular o maior valor possível. Os lucros são investidos depois no mercado legal, para assegurar uma renda futura. Essa dinâmica também se aplica à realidade da fronteira, onde essas dimensões se misturam de forma ainda mais intensa.

Conforme Melo (2019), o comércio de drogas pode proporcionar a sobrevivência material e a mobilidade social dos sujeitos envolvidos. Os trabalhadores desses mercados encontram nesses circuitos a possibilidade de romper a estrutura de dominação estabelecida, rompendo com sua condição de submissão ao trabalho assalariado (MELO, 2019).

Os lucros do mercado de drogas são extraordinários: “Um quilo de cocaína é vendido na fronteira com o Paraguai por US\$ 50 mil. Com a maconha não é diferente. O quilo comercializado na divisa por R\$ 120 custa R\$ 1.000 nos grandes centros brasileiros – 730% a mais” (CORRÊA; RIBEIRO, 2017b). Um lucro que não é registrado em declarações de renda, mas que circula e movimenta a economia local.

O capital obtido com os mercados ilícitos torna-se, posteriormente, dinheiro “limpo”, após a operação de lavagem de dinheiro. A fronteira conta com setenta casas de câmbio, todas em Pedro Juan Caballero. Além da clientela lícita, serve também ao mercadores de drogas, segundo Corrêa e Ribeiro (2017a).

Segundo os jornalistas, com a morte do brasileiro Jorge Rafaat, o PCC teria dobrado os carregamentos de cocaína, elevando os valores que circulam pela fronteira, calculados em US\$ 3,5 milhões por semana. O mesmo PCC que, numa operação em 2020, teve cerca de US\$ 730 milhões apreendidos pela Polícia Federal (ADORNO, 2020), boa parte deles auferidos com o lucro desse segmento.

De acordo com Naím (2006), os mercadores de ilegalismos exprimem um novo tipo de empresariado que atua em economias pouco expressivas. Para o autor, ocorre em países onde nenhuma atividade econômica é capaz de igualar-se aos ganhos extraordinários auferidos por atividades como o tráfico de drogas, por exemplo. Esses mercadores tornam-se o grande empresariado. A economia de ilegalismos na fronteira movimenta um vultoso capital, que circula em meio a uma economia legal.

Os habitantes das cidades de Ponta Porã/Pedro Juan Caballero transitam entre o legal e ilegal, em atividades que deslocam fronteiras e estabelecem novos limites. A economia da região é impulsionada não só pelos mercados legais, baseada sobretudo no agronegócio, pecuária, e turismo de compras, mas também nas possibilidades dos mercados ilegais, que produzem uma economia criminal que vai buscar se inserir em um circuito de uma acumulação lícita.

A atividade ervateira no século XIX deu início ao processo de colonização da região. A companhia Matte Larangeira se instalou pouco tempo depois do fim da guerra do Paraguai (1864-1870) e suas atividades corresponderam a impulso econômico para o povoamento (Jesus, 2004). Com o declínio do cultivo da erva-mate, em meados da década de 1920, a população buscou outras alternativas econômicas para sua sobrevivência material. Não se pode dizer que os ilegalismos foram sempre um privilégio da fronteira. Explorou-se economicamente o café (OLIVEIRA, 2012). Mas ao mesmo que se comercializava legalmente o produto, praticava-se o contrabando.

Com a ascensão à presidência do general paraguaio Alfredo Stroessner, em 1954, essas práticas se expandiram e incorporaram também outros tipos de produtos, como drogas. Stroessner permaneceu por quase 35 anos no poder. Com o militar, as redes de crime ganham parceria do Estado paraguaio (FARINA, 2003; MIRANDA, 2001; RODER, 2005).

Nos anos 1960, já havia notícia do plantio de maconha na região da fronteira, mas não tão expressivo como atualmente. O Paraguai é hoje um dos maiores produtores da erva na América Latina (UNODC, 2016). A chegada de Fernando Beira-mar à fronteira sul-mato-grossense, nos final dos anos 1980, foi determinante na expansão do cultivo e também da comercialização, segundo Araújo (2014). Sua presença permitiu a crescimento da redes de crimes na região. Com ele, o Primeiro Comando da Capital (PCC) e também o Comando Vermelho (CV) estabeleceram alianças para operar os mercados ilegais (DIAS; MANSO, 2018). Neste sentido, os ilegalismos emergiram como uma realidade para os habitantes da fronteira (SOUSA JR., 2020).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como estratégia de sobrevivência, as ilegalidades são utilizadas tanto como um meio como também um fim pelos habitantes da fronteira. No caso das motos paraguaias, elas são utilizadas como meio para se chegar ao trabalho. Correspondem a uma alternativa à precarização do transporte público na fronteira sul-mato-grossense e expressa como os ilegalismos estão inseridos na vida do trabalhador.

São compreendidos como meio legítimos, assim como algumas atividades que despontam nos mercados ilícitos e se tornam, como as motocicletas paraguaias, uma opção ao esgotamento do trabalho formal, bem como ao trabalho assalariado mal remunerado e também das formas de trabalho de intensa exploração.

A fronteira se organiza sua vida social e econômica à sombra do Estado, que tenta intervir por meio das práticas ordenadoras. As motos paraguaias circulam em tanta quantidade na fronteira porque os governos não conseguem suprir aquilo que é essencial: um transporte público de qualidade, que assegure ao trabalhador chegar ao seu destino.

Em vista da limitações dos mercados formais de trabalho, habitantes da fronteira

buscam como fim os mercados ilegais, que lhes fornece uma possibilidade de renda. Na fronteira, esses mercados adotam uma estrutura empresarial, que cria novas categorias de trabalhadores, como as mulas, encarregados pelo transporte de drogas. Expressam uma oportunidade de sobrevivência material, nem sempre digna, a exemplo daqueles que trabalham nas roças de maconha, que se submetem a um tipo de trabalho subumano.

Os mercados ilegais podem representar uma oportunidade de mobilidade social, de riqueza e poder, mas também significar o encarceramento daqueles que se lançam nessas práticas. As prisões na fronteira estão lotadas por pessoas que se arriscaram no transporte de drogas. Eles vão servir posteriormente para compor um exército de desempregados que não será absorvido pelo mercado formal, mas pelos mercados ilegais.

Neste sentido, a estratégia do trabalhador fronteiriço em orientar os ilegalismos que lhe surgem como um horizonte de possibilidades em seu benefício, para uma condição favorável, seja como um meio e ou como um fim, revela-se uma armadilha, na medida em que a prisão pode aparecer como um resultado daquelas práticas.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, L. Justiça bloqueia R\$ 730 milhões de braço do PCC, e PF apreende helicópteros. **UOL**, 30 set. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/09/30/sp-justica-bloqueia-r-730-mi-do-traffic-de-drogas-e-interdita-70-empresas.htm>>. Acesso em: 9 out. 2020.

ALBUQUERQUE, J.L.C; PAIVA, L. F. S. Entre Nações e legislações: algumas práticas de “legalidade” e “ilegalidade” na Tríplice Fronteira Amazônica (Brasil, Colômbia, Peru). **Revista Ambivalências**, Sergipe, v. 3, n. 5, p. 115-148, 2015.

ARAÚJO, T. **Almanaque das drogas**: um guia informal para o debate racional. São Paulo: Leya, 2014.

BRASIL, Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Cadastro Nacional de Presos**. Brasília, DF: CNJ, [2018]. 100 p. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario/cadastro-nacional-de-presos-bnmp-2-0/>>. Acesso em: 13 abr. 2020.

\_\_\_\_\_; CARDIN, E.G. Fronteiras e deslocamentos. **Revista Brasileira de Sociologia**, [s.l.], v. 6, n. 12, 2018.

CORRÊA, H.; RIBEIRO, A. O violento plano de expansão no Paraguai da maior facção brasileira. **Época**, Brasil, 26 jun. 2017a. Crime sem Fronteiras (mais lidas). Disponível em: <<https://epoca.globo.com/brasil/noticia/2017/06/o-violento-plano-de-expansao-no-paraguai-da-maior-facao-brasileira.html>>. Acesso em: 13 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. A guerra perdida contra o tráfico na fronteira contra o Paraguai. **Época**, Brasil, 12 jul. 2017b. Crime sem Fronteiras (mais lidas). Disponível em: <<https://epoca.globo.com/brasil/noticia/2017/07/guerra-perdida-contra-o-traffic-na-fronteira-com-o-paraguai.html>>. Acesso em: 13 mar.2020.

DIAS, C. N.; MANSO, B. P. **A guerra**: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. São Paulo: Editora Todavia, 2018.

FARINA, B. **El último Supremo**: la crónica de Alfredo Stroessner. Asunción: El Lector, 2003.

FOUCAULT, M. **Michel Foucault**: entrevistas. São Paulo: Grall, 2006. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/121336/mod\\_resource/content/1/Foucault\\_Gerir%20os%20ilegalismos.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/121336/mod_resource/content/1/Foucault_Gerir%20os%20ilegalismos.pdf)>. Acesso em: 12 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**: o nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2014.

\_\_\_\_\_. **A sociedade punitiva**: curso no Collège de France (1972-1973). São Paulo: WMF-Martins Fontes, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) – **Censo Demográfico**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/ponta-pora/panorama>>. Acesso em: 9 de out. 2020.

MAES, J. Os 10 produtos mais contrabandeados no Brasil. **Gazeta do Povo**, 17 mai. 2019. GPBC: Dentro da Lei. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/gpbc/dentro-da-lei/os-10-produtos-mais-contrabandeados-no-brasil-09url4ewe6ivgsb135i0agzjn/>>. Acesso em: 9 out. 2020.

MAXX, M. “Destinchando a maconha paraguaia”. **Agência Pública**. 21 jun. 2017. Especial: Microbolsas Maconha. Disponível em: <<https://apublica.org/2017/08/destinchando-a-maconha-paraguaia/>>. Acesso em: 9 out. 2020.

MELO, C. A. M. **Circuitos transfronteiriços de drogas entre o Paraguai e o Brasil**: atores e dinâmicas sociais. 2019. 176 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019.

MENDOZA, B.A.S. **Juventude rural e produção de Cannabis na fronteira seca Brasil-Paraguai**. 2013. 215 p. Tese (Doutorado em Extensão Rural) - Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2013.

MISSE, M. As ligações perigosas: mercados ilegais, narcotráfico e violência no Rio. **Contemporaneidade e Educação**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 93-116, 1997.

MIRANDA, A. **Crimen organizado en Paraguay**. Asunción: Miranda & Asociados, 2001.

NAÍM, M. **Ilícito**: o ataque da pirataria, da lavagem de dinheiro e do tráfico à economia global. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

NASCIMENTO, V. A. do. De rolê pela fronteira: O caso das motocicletas em Pedro Juan Caballero (PY) e Ponta Porã (BR). **Cadernos de Campo (São Paulo 1991)**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 50-83, 2019. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v28i1p50-83. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/143928>. Acesso em: 9 out. 2020.

OLIVEIRA, M. G. **As cidades-gêmeas Ponta Porã - Pedro Juan Caballero e Foz do Iguaçu - Ciudad del Este diante da des-articulação regional sul-americana**. 2012. 255 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

RODER, A. **A agenda externa brasileira em face dos ilícitos transnacionais**: o contrabando na fronteira entre Brasil e Paraguai. 2005. 107 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

RENOLDI, B. Fronteras que caminan: relaciones de movilidad en un limite trinacional. **Revista Transporte y Territorio**, Buenos Aires, n. 9, p. 123-140, 2013.

ROLLI, C. Brasil Perde R\$ 146,3 bilhões para o mercado informal. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 mar. 2018. A escalada do contrabando. Capítulo 1: Uma Muralha da China por ano. Disponível em: <<https://temas.folha.uol.com.br/contrabando-no-brasil/uma-muralha-da-china-por-ano/brasil-perde-r-146-3-bilhoes-para-o-mercado-informal.shtml>>. Acesso em: 11 abr. 2020.

SILVA, A. P. R. **A importância do contexto internacional no tratamento das drogas ilícitas no Brasil**: história, instituições e instrumentos legais. 2014. 165 p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

SOUSA JR., M. **A dinâmica da gestão de ilegalismos na fronteira entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero**. 2020. 135 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2020.

TAZZA, E. Detran em Ponta Porã é uma “ilha” num “mar de motos”. **Ponta Porã Informa**, Ponta Porã, 31 ago. 2019. Notícias: Jornal Che Fronteira. Disponível em: <<https://www.pontaporainforma.com.br/noticias/policia/detran-de-ponta-pora-e-uma-ilha-num-mar-de-motos>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

TEIXEIRA, L. S. **Impacto econômico da legalização de drogas no Brasil**. Estudo. Consultoria Legislativa. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/publicacoes-da-consultoria-legislativa/areas-da-conle/tema10/impacto-economico-da-legalizacao-das-drogas-no-brasil>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). **World Drug Report**. 2016. Disponível em: [https://www.unodc.org/doc/wdr2016/WORLD\\_DRUG\\_REPORT\\_2016\\_web.pdf](https://www.unodc.org/doc/wdr2016/WORLD_DRUG_REPORT_2016_web.pdf). Acesso em: 17 mar. 2020.

WACQUANT, L. **As Prisões da Miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Ação coletiva 1, 21, 22, 24, 26, 27, 28

### C

Cannabis 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 63, 68

Criminalização 21, 22, 25, 28

Cuidado 24, 53, 78, 80, 84, 105, 121

### D

Demarcação 90, 91, 92, 93, 97, 98

Doutrina 29, 114, 115

### E

Educação 23, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 110, 111, 112, 113, 121

Educação indígena 97, 98

Enfermagem 78, 79, 80, 82, 84, 86, 87, 88, 89

Escolas indígenas 90, 93, 94, 95, 96, 98

Estado 2, 3, 4, 6, 15, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 34, 36, 41, 45, 47, 48, 50, 53, 55, 56, 59, 61, 62, 63, 66, 90, 93, 95, 117

### F

Fronteira 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69

### H

Higiene 78, 79, 84, 87, 89

### I

Identidade 1, 21, 23, 28, 77, 101, 102, 107, 112

llegalismos 58, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 69

Informalidade 58, 63, 64

### J

Juventude 68, 101, 102, 103, 109, 110, 112

### M

Medidas socioeducativas 78, 79, 80, 81

Mercados ilegais 58, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68

Metodologia de ensino 99, 112

Movimentos sociais 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29

## **P**

Projeto de extensão 99, 100, 108, 110, 121

## **Q**

Qualidade de vida 24, 78, 79, 82, 83, 84, 87, 88, 89

## **R**

Reconhecimento 90, 91, 92, 93, 94, 97, 100, 110

Religião 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120

Rock 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112

## **S**

Sociologia da religião 113, 114, 115, 119, 120

Solidariedade 28, 78, 80, 88, 115

## **T**

Território 29, 58, 61, 62, 65, 90, 91, 92, 93, 96, 97, 98, 102

Trabalho 1, 21, 22, 25, 30, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 91, 100, 110, 116, 119, 121

Transporte 49, 58, 60, 66, 67, 69, 74

# SOCIOLOGIA:

## Das Ausências às Emergências

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 



# SOCIOLOGIA:

## Das Ausências às Emergências

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

